

Termo de Referência 2/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2023	152756-INSTITUTO FEDERAL DO RN /CÂMPUS PARNAMIRIM	TATIANA CARDOSO DELGADO KOBAYASHI	14/07/2023 09:25 (v 14.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;	12/2023	23424.001574.2021-52

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço especializado de fornecimento de gases industriais, comprimidos em cilindros de diferentes volumes, com entregas parceladas e instalação dos cilindros, sob regime de substituição de cilindros, para os laboratórios dos Campi Parnamirim, Canguaretama e Natal Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE FORNEC.	QUANT.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

					<u>MÍNIMA</u>	<u>Máxima</u>		
<u>1</u>	<u>1</u>	<u>Fornecimento de gás comprimido para cilindro de 10 m³, nome argônio, aspecto físico incolor, inodoro, fórmula química Ar, massa molecular 39,94 g/mol, grau de pureza teor mínimo 99 % V/V, número de referência química CAS 7440-37-1. Aplicação em soldagem industrial.</u>	<u>9695</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>R\$ 400,00</u>	<u>R\$ 8.000,00</u>
	<u>2</u>	<u>Fornecimento de mistura gasosa para cilindro de 10 m³, aplicação em soldagem industrial, composição: Mistura de 75% de Argônio (Ar) e 25% de Dióxido de Carbono (CO2).</u>	<u>9695</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>11</u>	<u>22</u>	<u>R\$ 400,00</u>	<u>R\$ 8.800,00</u>
	<u>3</u>	<u>Fornecimento de acetileno, dissolvido, para utilização em soldagem oxi-acetilênica, cilindro de 9 Kg. Informações complementares: aspecto físico incolor, odor de alho, inflamável, fórmula química C--2H2, massa molecular 26,04 g/mol, grau de pureza teor mínimo 99% V/V, número de referência química CAS 74-86-2.</u>	<u>9695</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>R\$ 794,97</u>	<u>R\$ 15.899,40</u>
	<u>4</u>	<u>Fornecimento de oxigênio comprido para cilindro de 10 m³, para utilização em soldagem oxi-acetilênica, pressão máxima para trabalho de 200 bar.</u>	<u>9695</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>9</u>	<u>18</u>	<u>R\$ 256,70</u>	<u>R\$ 4.620,60</u>
<u>2</u>	<u>5</u>	<u>Fornecimento de gás comprimido para cilindro de 10 m³, nome argônio, aspecto físico incolor, inodoro, fórmula química Ar, massa molecular 39,94 g/mol, grau de pureza teor mínimo 99 %</u>	<u>9695</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>R\$ 400,00</u>	<u>R\$ 1.600,00</u>

	<u>V/V, número de referência química CAS 7440-37-1. Aplicação em soldagem industrial.</u>						
<u>6</u>	<u>Fornecimento de mistura gasosa para cilindro de 10 m³, aplicação em soldagem industrial, composição: Mistura de 75% de Argônio (Ar) e 25% de Dióxido de Carbono (CO2).</u>	<u>9695</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>R\$ 400,00</u>	<u>R\$ 1.600,00</u>
<u>7</u>	<u>Fornecimento de acetileno, dissolvido, para utilização em soldagem oxi-acetilênica, cilindro de 1 Kg. Informações complementares: aspecto físico incolor, odor de alho, inflamável, fórmula química C--2H2, massa molecular 26,04 g/mol, grau de pureza teor mínimo 99% V/V, número de referência química CAS 74-86-2.</u>	<u>9695</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>12</u>	<u>24</u>	<u>R\$ 211,67</u>	<u>R\$ 5.080,08</u>
<u>8</u>	<u>Fornecimento de oxigênio comprimido para cilindro de 1 m³, para utilização em soldagem oxi-acetilênica, pressão máxima para trabalho de 200 bar.</u>	<u>9695</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>12</u>	<u>24</u>	<u>R\$ 136,67</u>	<u>R\$ 3.280,08</u>
<u>Valor Total</u>							<u>R\$ 48.880,16</u>

## 1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

<u>ÓRGÃO GERENCIADOR: Núcleo Regional de Compras Leste/Agreste (Campi Parnamirim e Canguaretama)</u>					
<u>GRUPO</u>	<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>Unidade de Fornecimento</u>	<u>Quantidade Mínima</u>	<u>Quantidade Máxima</u>
	<u>1</u>	<u>Fornecimento de gás comprimido para cilindro de 10 m³, nome argônio, aspecto físico incolor, inodoro, fórmula química Ar, massa molecular 39,94 g/mol, grau de pureza teor mínimo 99 % V/V, número de referência química CAS 7440-37-1. Aplicação em soldagem industrial.</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>3</u>	<u>6</u>

<u>1</u>  <u>(DEMANDA DO IFRN, CAMPUS PARNAMIRIM)</u>	<u>2</u>	<u>Fornecimento de mistura gasosa para cilindro de 10 m³, aplicação em soldagem industrial, composição: Mistura de 75% de Argônio (Ar) e 25% de Dióxido de Carbono (CO2).</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>6</u>	<u>12</u>
	<u>3</u>	<u>Fornecimento de acetileno, dissolvido, para utilização em soldagem oxi-acetilênica, cilindro de 9 Kg. Informações complementares: aspecto físico incolor, odor de alho, inflamável, fórmula química C--2H2, massa molecular 26,04 g/mol, grau de pureza teor mínimo 99% V/V, número de referência química CAS 74-86-2.</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>5</u>	<u>10</u>
	<u>4</u>	<u>Fornecimento de oxigênio comprimido para cilindro de 10 m³, para utilização em soldagem oxi-acetilênica, pressão máxima para trabalho de 200 bar.</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>4</u>	<u>8</u>
<u>2</u>  <u>(DEMANDA DO IFRN, CAMPUS CANGUARETAMA)</u>	<u>5</u>	<u>Fornecimento de gás comprimido para cilindro de 10 m³, nome argônio, aspecto físico incolor, inodoro, fórmula química Ar, massa molecular 39,94 g/mol, grau de pureza teor mínimo 99 % V/V, número de referência química CAS 7440-37-1. Aplicação em soldagem industrial.</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>2</u>	<u>4</u>
	<u>6</u>	<u>Fornecimento de mistura gasosa para cilindro de 10 m³, aplicação em soldagem industrial, composição: Mistura de 75% de Argônio (Ar) e 25% de Dióxido de Carbono (CO2).</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>2</u>	<u>4</u>
	<u>7</u>	<u>Fornecimento de acetileno, dissolvido, para utilização em soldagem oxi-acetilênica, cilindro de 1 Kg. Informações complementares: aspecto físico incolor, odor de alho, inflamável, fórmula química C--2H2, massa molecular 26,04 g/mol, grau de pureza teor mínimo 99% V/V, número de referência química CAS 74-86-2.</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>12</u>	<u>24</u>
	<u>8</u>	<u>Fornecimento de oxigênio comprimido para cilindro de 1 m³, para utilização em soldagem oxi-acetilênica, pressão máxima para trabalho de 200 bar.</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>12</u>	<u>24</u>

<u>Órgão participante: Campus Natal Central</u>					
<u>GRUPO</u>	<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>Unidade de Fornecimento</u>	<u>Quantidade Mínima</u>	<u>Quantidade Máxima</u>
		<u>Fornecimento de gás comprimido para cilindro de 10 m³, nome argônio, aspecto físico incolor, inodoro, fórmula</u>			

<u>1</u>	<u>1</u>	<u>química Ar, massa molecular 39,94 g/mol, grau de pureza teor mínimo 99 % V/V, número de referência química CAS 7440-37-1. Aplicação em soldagem industrial.</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>7</u>	<u>14</u>
	<u>2</u>	<u>Fornecimento de mistura gasosa para cilindro de 10 m³, aplicação em soldagem industrial, composição: Mistura de 75% de Argônio (Ar) e 25% de Dióxido de Carbono (CO2).</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>5</u>	<u>10</u>
	<u>3</u>	<u>Fornecimento de acetileno, dissolvido, para utilização em soldagem oxi-acetilênica, cilindro de 9 Kg. Informações complementares: aspecto físico incolor, odor de alho, inflamável, fórmula química C-2H2, massa molecular 26,04 g/mol, grau de pureza teor mínimo 99% V/V, número de referência química CAS 74-86-2.</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>5</u>	<u>10</u>
	<u>4</u>	<u>Fornecimento de oxigênio comprimido para cilindro de 10 m³, para utilização em soldagem oxi-acetilênica, pressão máxima para trabalho de 200 bar.</u>	<u>Unidade de serviço</u>	<u>5</u>	<u>10</u>

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção possa comprometer a continuidade das atividades do órgão e cuja necessidade desta contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, sendo a vigência anual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2023 das unidades**, conforme detalhamento a seguir:

#### IFRN, CAMPUS PARNAMIRIM

I) ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000002/2023

II) Data de publicação no PNCP: 13/02/2023

III) Id do item no PCA: **135**

IV) Classe/Grupo: **859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE**

V) Identificador da Futura Contratação: **152756-12/2023**

### **IFRN, CAMPUS CANGUARETAMA**

I) ID PCA no PNCP: **10877412000168-0-000006/2023**

II) Data de publicação no PNCP: **11/05/2023**

III) Id do item no PCA: **23**

IV) Classe/Grupo: **863 - SERVIÇOS RELATIVOS A ELETRICIDADE, GÁS, E A DISTRIBUIÇÃO DE GÁS**

V) Identificador da Futura Contratação: **154839-26/2023**

### **IFRN, CAMPUS NATAL CENTRAL**

I) ID PCA no PNCP: **10877412000168-0-000012/2023**

II) Data de publicação no PNCP: **11/05/2023**

III) Id do item no PCA: **115**

IV) Classe/Grupo: **6830-GASES COMPRIMIDOS LIQUEFEITOS**

V) Identificador da Futura Contratação: **158369-7/2022**

## **3. Descrição da solução**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### ***Sustentabilidade:***

**4.1. Foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e constatou-se que os serviços objetos dessa contratação não fazem parte das tabelas com os**

**tipos de aquisições em que a administração deve tomar providências, ter precauções ou realizar determinações de cunho ambiental. No entanto, outros critérios de sustentabilidade serão adotados:**

**4.1.1. Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber: (Art. 6º, Instrução Normativa N° 01/2010)**

**a) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;**

**b) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;**

**c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.**

**4.1.2. São diretrizes de sustentabilidade: (Art. 4º, Decreto N° 7746/2012)**

**a) Menor Impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;**

**b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;**

**c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;**

**d) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;**

**e) Uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;**

**f) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.**

**4.1.3. A licitante deverá apresentar as seguintes licenças ambientais, junto ao IDEMA e conforme a RESOLUÇÃO Nº 02/2014-CONEMA:**

**a) licença para armazenamento, comercialização e transporte de recipientes de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), argônio, nitrogênio, oxigênio e outras substâncias similares;**

**b) licença para armazenamento, comercialização e transporte de recipientes de acetileno, amônia e outras substâncias similares;**

**4.1.3.1. A licitante deverá apresentar as licenças ambientais do item 4.1.3, na fase de habilitação do certamente licitatório.**

**4.1.3.1.1. Caso a licitante possua dispensa a respeito das licenças ambientais do item 4.1.3, deverá apresentar a dispensa ou documento legal equivalente na fase de habilitação do certame licitatório.**

## **Subcontratação**

***4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.***

## Garantia da contratação

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

## Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **Requisitos específicos da contratação:**

### **4.7. Requisitos a respeito dos cilindros, a serem observados pela contratada:**

**4.7.1. Os gases deverão ser fornecidos em cilindros em bom estado de conservação, que tenham passado por inspeção de acordo com a NBR 12274: 2010 ou norma que venha a entrar em vigor posteriormente;**

**4.7.2. As válvulas dos cilindros devem estar em perfeitas condições de uso, em caso de vazamentos a contratada deve substituir por peças novas ou realizar manutenção especializada na válvula defeituosa. Caso o vazamento seja detectado por funcionário da contratante, esta entrará em contato com a contratada para que a mesma venha substituir o cilindro no prazo máximo de 24 horas;**

**4.7.3. Os cilindros devem possuir as cores padrões para cada tipo de gás: oxigênio industrial cor preta, argônio cor marrom, mistura para MIG cor marrom com colarinho alumínio e acetileno cor bordô. Caso os cilindros estejam com a pintura danificada, de forma a dificultar a identificação, a contratada deverá realizar a pintura com esmalte sintético ou tinta epoxi industrial;**

**4.7.4. Os cilindros devem ser fornecidos devidamente lacrados e com rótulo no colarinho do cilindro, contendo as seguintes informações: nome do gás, grau de pureza, classificação do produto, número da conexão, classe do produto, simbologia de risco, grupo de risco e código da etiqueta;**

**4.7.5. Caso seja necessário, a contratada deverá realizar todas as inspeções e manutenções, previstas nos subitens 4.19.1, 4.19.2, 4.17.3 e 4.19.4, nos cilindros de propriedade da contratante.**

### **4.8. Requisitos a respeito do transporte, a serem observados pela contratada:**

**4.8.1. Para um transporte seguro dos cilindros, a contratada deve cumprir as exigências da RESOLUÇÃO Nº 5.947/2021-ANTT e posteriores alterações e ainda, possuir seguro, que cubra possíveis acidentes, explosões, incêndios, contaminações ou qualquer infortuno causados ao meio ambiente ou a terceiros. Caso a empresa não possua esse seguro deverá ser responsabilizada por qualquer dano que venha causar ao meio ambiente ou a terceiros, caso ocorra durante o transporte acidentes, explosões, incêndios, contaminações, etc;**

**4.8.2. O transporte deve ser feito em veículo próprio para tal finalidade, com carroceria para transporte de cilindros de gás, devendo os cilindros serem transportados em pé, separados de acordo com a classificação de cada produto, amarrados por cintas de nylon de alta resistência e com seus capacetes de proteção. Também deve ser respeitado o limite de peso do veículo;**

**4.8.3. O motorista do veículo deve possuir curso de Movimentação de Operação de Produtos Perigosos (MOPP), conforme RESOLUÇÃO Nº 5.947/2021-ANTT, sendo necessário a contratada apresentar o certificado de conclusão do curso MOPP de seu motorista na fase de habilitação do certame licitatório. Em caso de troca de motorista a contratada deverá apresentar o certificado a contratante em 10 dias contados a partir da substituição do profissional;**

**4.8.3.1. Caso a contratada possua dispensa referente ao motorista possuir curso de Movimentação de Operação de Produtos Perigosos (MOPP), esta deve apresentar a dispensa ou documento legal equivalente na fase de habilitação do certame licitatório.**

**4.9. A instalação dos cilindros dos gases deverá ser feita por profissional capacitado da contratada, diretamente nas centrais analíticas de gases da contratante.**

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Execução**

***5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:***

***5.1.1. Início da execução do objeto: **05 dias úteis** da assinatura do contrato;***

***5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:***

**5.1.2.1. A empresa vencedora do certame licitatório será convocada logo após a homologação da ata do referido pregão e terá 05 dias úteis para realizar assinatura de contrato;**

**5.1.2.1.1. Após assinatura do contrato a empresa deverá passar os contatos telefônicos e de e-mail a contratante, no prazo máximo de 02 dias úteis.**

**5.1.2.2. Os serviços serão realizados em etapas, de forma quadrimestral e semestral, conforme cronograma do item 5.1.4. Cada etapa terá a seguinte dinâmica:**

**5.1.2.2.1. Inicialmente a contratante enviará e-mail a contratada solicitando a realização do(s) serviço(s). A contratada deverá confirmar o recebimento do e-mail de solicitação do(s) serviço(s) no prazo de até 02 dias úteis e com a seguinte afirmação: “confirmamos recebimento da demanda de gases industriais solicitada”.**

**5.1.2.2.2. A contratada terá prazo de até 10 dias úteis para fazer a entrega e instalação dos cilindros de gases industriais pedidos pela contratante. A instalação deverá ser realizada diretamente na central analítica de gases da contratante e no mesmo dia e horário da entrega.**

**5.1.2.2.3. A contratada terá prazo de 3 dias úteis para entrega da nota fiscal dos serviços realizados a contratante, para que a mesma proceda com os trâmites relacionados ao pagamento.**

**5.1.3. Cronogramas de realização dos serviços:**

**Cronograma de Contrações do do IFRN, Campus Parnamirim (baseado nas estimativas de quantidades mínimas dos serviços)**

Item	<u><b>Etapas</b></u>				<u><b>Etapas</b></u>				<u><b>Etapas</b></u>			
	<u><b>Ago/23</b></u>	<u><b>Set/23</b></u>	<u><b>Out/23</b></u>	<u><b>Nov/23</b></u>	<u><b>Dez/23</b></u>	<u><b>Jan/24</b></u>	<u><b>Fev/24</b></u>	<u><b>Mar/24</b></u>	<u><b>Abr/24</b></u>	<u><b>Mai/24</b></u>	<u><b>Jun/24</b></u>	<u><b>Jul/24</b></u>
<b>1</b>	<b>1</b> <u>unidade de serviço</u>	x	x	x	<b>1</b> <u>unidade de serviço</u>	x	x	x	<b>1</b> <u>unidade de serviço</u>	x	x	x
<b>2</b>	<b>2</b> <u>unidades de serviço</u>	x	x	x	<b>2</b> <u>unidades de serviço</u>	x	x	x	<b>2</b> <u>unidades de serviço</u>	x	x	x
<b>3</b>	<b>2</b> <u>unidades de serviço</u>	x	x	x	<b>2</b> <u>unidades de serviço</u>	x	x	x	<b>1 unidade de serviço</b>	x	x	x

5	2 unidades de serviço	x	x	x	1 unidade de serviço	x	x	x	1 unidade de serviço	x	x	x
---	-----------------------	---	---	---	----------------------	---	---	---	----------------------	---	---	---

**Cronograma de Contracões do do IFRN, Campus Canguaretama (baseado nas estimativas de quantidades mínimas dos serviços)**

Item	Etapas 1						Etapas 2					
	Ago/23	Set/23	Out/23	Nov/23	Dez/23	Jan/24	Fev/24	Mar/24	Abr/24	Mai/24	Jun/24	Jul/24
1	1 unidade de serviço	x	x	x	x	x	1 unidade de serviço	x	x	x	x	x
2	1 unidade de serviço	x	x	x	x	x	1 unidade de serviço	x	x	x	x	x
4	6 unidades de serviço	x	x	x	x	x	6 unidades de serviço	x	x	x	x	x
6	6 unidades de serviço	x	x	x	x	x	6 unidades de serviço	x	x	x	x	x

5.1.4. **As Etapas de realização dos serviços serão desenvolvidas conforme as datas de início e término das tabelas abaixo:**

**Períodos de realização das etapas de serviços do Órgão Gerenciador: Campus Parnamirim**

<u>Etapas</u>	<u>Data de início</u>	<u>Data de término</u>
<u>1</u>	<u>15/08/2023</u>	<u>31/08/2023</u>
<u>2</u>	<u>12/12/2023</u>	<u>29/12/2023</u>
<u>3</u>	<u>12/04/2024</u>	<u>30/04/2024</u>

**Períodos de realização das etapas de serviços do IFRN, Campus Canguaretama**

<u>Etapas</u>	<u>Data de início</u>	<u>Data de término</u>
<u>1</u>	<u>15/08/2023</u>	<u>31/08/2023</u>

<u>2</u>	<u>07/02/2024</u>	<u>29/02/2024</u>
----------	-------------------	-------------------

**5.1.4.1. Esses períodos de realização das etapas dos serviços podem vir a ser alterados no contrato, uma vez que dependem do tempo de tramitação do processo. Aqui está sendo considerado prazo de quatro meses para essa fase.**

**5.1.4.2. Para definição das datas das etapas de realização dos serviços levou-se em consideração que a contratante precisará de 1 dia útil para realizar o pedido a contratada, depois que a mesma passar os contatos de e-mail e telefone; e ainda ao fato que convencionou-se como etapa de serviço o período que se inicia a partir da confirmação, por parte da contratada, a respeito do recebimento da solicitação até o prazo máximo para a empresa passar a nota fiscal para que a contratante proceda com os trâmites de pagamento.**

**5.1.4.3. Como se trata de uma contratação conjunta para atender as demandas de dois campi do núcleo regional de compras Leste/Agreste, foi inserido neste Termo apenas o cronograma de realização dos serviços destes. Com relação ao do órgão participante, este será definido de forma independente e discricionária por este, posteriormente.**

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

**5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:**

<b>Órgão Gerenciador (Núcleo Regional de Compras Leste/Agreste)</b>	<b>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Parnamirim</b>	<b>Rua Antônia de Lima Paiva, 155 - Nova Esperança, Parnamirim - RN, CEP: 59143-455</b>
	<b>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Canguaretama</b>	<b>Km 160 BR-101, S/N - Areia Branca, Canguaretama - RN, CEP: 59190-000</b>
<b>Órgão Participante</b>	<b>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central</b>	<b>Av. Sen. Salgado Filho, 1559 - Tirol, Natal - RN, 59015-000</b>

**5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:**

<b><u>Locais</u></b>	<b><u>Horários</u></b>
<b><u>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Parnamirim</u></b>	<b><u>08:00h - 12:00h e 14:00h - 16:00h</u></b>
<b><u>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Canguaretama</u></b>	<b><u>08:00h - 12:00h e 14:00h - 16:00h</u></b>
<b><u>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central</u></b>	<b><u>08:00h - 12:00h e 14:00h - 16:00h</u></b>

#### **Rotinas a serem cumpridas**

**5.4. A execução contratual observará as rotinas descritas no item 5.1.2.**

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:**

**5.5.1. A metodologia usada para dimensionamento das quantidades dos serviços foi descrita no item 7 e nos anexos dos Estudos Técnico Preliminares.**

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.6. *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**6. Modelo de gestão do contrato**

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.13.1. **Verificação do cumprimento dos prazos e cronogramas de realização das etapas dos serviços, de acordo como está descrito nos itens 5.1.2, 5.1.4 e 5.1.5.**

6.13.2. **Averiguação do cumprimento de todas as exigências a respeito dos cilindros, descritas no item 4.17.**

6.13.3. **Observação do cumprimento de todas as exigências a respeito do transporte dos cilindros, anteriormente descritas no item 4.18.**

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. **A unidade de prestação dos serviços será unidades de serviços, conforme tabela do item 1.1 deste documento;**

7.3.2. **A verificação da conformidade do serviço executado será realizada com base nos parâmetros previstos neste Termo de Referência.**

#### **Do recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA)** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias ~~dependem de prévia aprovação do contratante~~ **não serão aceitas para esta contratação.**

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

#### Regime de execução

8.2. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Municipal/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.20.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);

8.20.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.20.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.20.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.21. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

8.22 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.24. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.25. Comprovação de aptidão para **realização dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis** com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.25.1.1. **Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12(doze) meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.**

8.25.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.25.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.25.5. Prova de atendimento aos requisitos **já mencionados nos itens 4.1.3 e 4.20.3, previstos na resoluções nº 02/2014-CONEMA e nº 5.947/2021-ANTT**:

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 48.880,16

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **48.880,16 (quarenta e oito mil e oitocentos e oitenta reais e dezesseis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **26435/152756**;

II) Fonte de Recursos: **100000000**;

III) Elemento de Despesa: **339039 - Serviços**;

IV) Plano Interno: **L20RLP01MAN - Despesas com funcionamento das unidades (Contratos continuados, etc)**;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. Modelo de termo de referência usado**

### **11. Modelo de termo de referência usado**

11.1. Para construção desse termo de referência foi utilizado o modelo da Advocacia Geral da União (AGU) descrito abaixo:

**"Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União**

**Atualização: maio/2023**

**Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico**

**Aprovado pela Secretaria de Gestão.**

**Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)"**

11.1.1. Nos rodapés das páginas desse documento constará as informações a respeito do modelo desatualizado (versão 12/2012), no entanto o texto do termo de referência condiz com o modelo atual destacado no item 11.1. Isso ocorrerá porque o modelo da AGU, atualizado, ainda não foi disponibilizado no sistema do TR digital.

## **12. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IVAN BANDEIRA DE OLIVEIRA**

Técnico de Laboratório/ciências IFRN Campus Parnamirim



*Assinou eletronicamente em 13/07/2023 às 17:03:21.*

**ANDERSON DE SOUZA REGIS**

Coordenador de laboratórios IFRN Campus Canguaretama

**SANDRO ALVES PEREIRA**

Técnico de Laboratório/mecânica IFRN Campus Parnamirim

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I\_IMR.pdf (80.19 KB)

**Anexo I - ANEXO I\_IMR.pdf**

**ANEXO I**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Garantir a prestação de serviço, conforme Termo de Referência, Edital e Contrato.
Meta a Cumprir	100% da prestação do serviço.
Instrumento de Medição	Planilha de controle do fiscal do contrato.
Forma de Acompanhamento	Através de relatório diário, semanal, mensal ou trimestral do gestor/fiscal.
Periodicidade	Diária, semanal, mensal ou trimestral.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrência registradas.
Início de Vigência	A partir da data de assinatura do contrato.
Faixa de Ajustes no Pagamento	Até 01 (uma) ocorrência — 100% do valor da nota fiscal.  De 02 (duas) a 05 ocorrências — 95% do valor da nota fiscal.  Acima de 06 ocorrências — 90% do valor da nota fiscal.
Sanções	Conforme o edital e contrato.



**Ministério da Educação**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**  
**REITORIA**  
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal/RN - CEP 59015-300  
Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

**FOLHA DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO Nº 23424.001574.2021-52**

**TR DIGITAL Nº 02/2023**

**OBJETO:** Contratação de serviço especializado de fornecimento de gases industriais, comprimidos em cilindros de diferentes volumes, com entregas parceladas e instalação dos cilindros, sob regime de substituição de cilindros, para os laboratórios dos Campi Parnamirim, Canguaretama e Natal Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

SERVIDOR	MATRÍCULA
Ivan Bandeira de Oliveira	1748662
Anderson de Souza Regis	2055339
Sandro Alves Pereira	2042783

*(assinado digitalmente)*

**Ivan Bandeira de Oliveira**

Matrícula SIAPE nº 1748662

Membro Administrativo

*(assinado digitalmente)*

**Anderson de Souza Regis**

Matrícula SIAPE nº 2055339

Membro Técnico

*(assinado digitalmente)*

**Sandro Alves Pereira**

Matrícula SIAPE nº 2042783

Membro Técnico

**APROVAÇÃO DO DIRETOR DO IFRN, CAMPUS PARNAMIRIM, ORDENADOR DE DESPESAS**

## **RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**

Pelos poderes delegados ao Diretor Geral do IFRN, Campus Parnamirim, através da Portaria nº 310/2022 - RE/IFRN, APROVO o Termo de Referência, considerando que nesta solicitação estão presentes o interesse público, diante da característica indispensável, relevância, e necessidade desta contratação, bem como a aplicabilidade dos recursos públicos empregados, e dos resultados esperados, conforme fundamentado nos autos. Ademais, AUTORIZO a abertura do processo licitatório.

**Paulo Vitor Silva**

Diretor-Geral do Campus Parnamirim

Delegação de Competência

PORTARIA Nº 310/2022 - RE/IFRN

DOU de 04 de março de 2022

Documento assinado eletronicamente por:

- **Ivan Bandeira de Oliveira**, TECNICO DE LABORATORIO AREA, em 13/07/2023 14:20:27.
- **Sandro Alves Pereira**, TECNICO DE LABORATORIO AREA, em 13/07/2023 14:23:03.
- **Anderson de Souza Regis**, TECNICO DE LABORATORIO AREA, em 13/07/2023 14:25:09.
- **Paulo Vitor Silva**, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG/PAR, em 13/07/2023 16:33:38.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 582580

Código de Autenticação: 1cd4ae4acf

